

# PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA.

#### I - RELATÓRIO

Vem a estas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento a **Mensagem de Veto nº 05/2025**, por meio da qual o Chefe do Poder Executivo Municipal veta integralmente o Projeto de Lei nº 60/2025, que "garante às entidades e instituições de estudos e pesquisas da sociedade civil o direito de requisitar dados e receber informações de seu interesse nos órgãos públicos municipais e dá outras providências".

O veto foi aposto sob o argumento principal de inconstitucionalidade, em especial por invadir a competência do Poder Executivo para dispor sobre a organização administrativa e o funcionamento de seus órgãos, além de possível conflito com legislações já existentes sobre acesso à informação.

## II – FUNDAMENTAÇÃO II.I – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A matéria tratada no Projeto de Lei nº 60/2025, embora louvável em sua intenção de promover a transparência e o acesso à informação, pode incidir em vícios de inconstitucionalidade e legalidade.

Primeiramente, a Constituição Federal estabelece o princípio da separação dos Poderes (art. 2º), e a Lei Orgânica Municipal, por simetria, reproduz tal preceito. O Poder Executivo possui competência privativa para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública, conforme o art. 61, § 1º, II, alínea "c", da Constituição Federal (aplicável por simetria aos Municípios). Ao detalhar a forma e o procedimento para requisição de dados e informações por entidades da sociedade civil, um Projeto de Lei de iniciativa parlamentar pode estar adentrando na esfera de atuação privativa do Executivo, que é o responsável pela gestão e organização de seus arquivos, sistemas e fluxos de informação.

Em segundo lugar, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) já regulamenta amplamente o direito fundamental de acesso à informação, garantindo a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações públicas, observadas as restrições legalmente previstas. A LAI já estabelece os procedimentos, prazos, recursos e instâncias para a solicitação e obtenção de informações. A criação de uma nova lei municipal específica sobre o tema, sem que haja uma lacuna na legislação federal ou municipal preexistente (como a própria regulamentação da LAI no âmbito municipal), pode gerar duplicidade, conflito normativo ou mesmo interpretações divergentes, comprometendo a segurança jurídica e a uniformidade no tratamento do acesso à informação. O ideal seria aprimorar a regulamentação municipal da LAI, se necessário, e não criar uma lei paralela.

Adicionalmente, a "requisição de dados e recebimento de informações de seu





interesse" de forma indiscriminada pode gerar uma carga administrativa excessiva aos órgãos públicos, demandando recursos humanos e materiais para atender a um volume potencialmente grande de solicitações, sem a devida ponderação sobre a relevância pública ou a classificação das informações, conforme já previsto na LAI.

### II.II – COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A proposição do Projeto de Lei nº 60/2025, ao "garantir o direito de requisitar dados e receber informações", impõe, ainda que de forma indireta, novas obrigações e demandas à estrutura administrativa municipal que geram custos.

A criação de um novo canal ou a sistematização de um processo específico para atendimento a requisições de dados e informações por entidades de pesquisa da sociedade civil, para além do já previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), implica a necessidade de alocação de recursos humanos e materiais. Os órgãos públicos municipais precisariam designar servidores, capacitar equipes, possivelmente desenvolver ou adaptar sistemas de informação, organizar e digitalizar acervos, além de dedicar tempo para a pesquisa, compilação e fornecimento das informações solicitadas.

Mesmo que o projeto não preveja diretamente a criação de cargos ou dotações específicas, a intensificação das demandas por informação pode sobrecarregar a estrutura existente, exigindo a realocação de servidores de outras áreas ou até mesmo a necessidade futura de novas contratações, o que impacta diretamente o orçamento de pessoal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 16, exige que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que implique aumento de despesa obrigatória de caráter continuado seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e que haja compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, além de previsão na Lei Orçamentária Anual. Projetos que geram despesa indireta, mas substancial, devem ser avaliados sob esse prisma.

A gestão do fluxo de informações e dados, especialmente quando envolve a manipulação de grandes volumes ou a necessidade de tratamento de dados sensíveis e sigilosos (conforme as restrições da LAI e da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), requer investimentos em tecnologia, segurança da informação e, por vezes, em infraestrutura física para armazenamento. Impor tais demandas sem a devida previsão orçamentária e planejamento técnico-financeiro compromete a sustentabilidade fiscal do município.

#### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto e após análise dos fundamentos apresentados na Mensagem de Veto nº 05/2025, esta Comissão de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento entende que o Projeto de Lei nº 60/2025 padece de vício de iniciativa, ao interferir na competência privativa do Poder Executivo na organização de sua administração, e pode gerar conflito com a





legislação federal e municipal já existente sobre o acesso à informação, comprometendo a segurança jurídica e a eficiência administrativa.

As Comissões opinam pela MANUTENÇÃO DE VETO ao Projeto de LEI № 60/2025.

É o parecer.

Sala das Comissões Permanentes, 17 de junho de 2025.

**GETÚLIO ANDRADE LOUREIRO** 

FAGNER MARTINELLI FERREIRA DA FONSECA

Presidente

Vereador Relator

**FABIANO OST** 

Membro

Comissão de Constituição e Justiça

**ROBSON CRUZ** 

FAGNER MARTINELLI FERREIRA DA FONSECA

Presidente

Secretário

**FABIANO OST** 

Membro

Comissão de Finanças e Orçamento



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://spl.camarasgp.es.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 330036003800330035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por ROBSON CRUZ em 18/06/2025 12:53 Checksum: 59B79317321086869812CB854FC66A4F4B91804A1E5ED919327DF79C29505387

Assinado eletronicamente por FAGNER MARTINELLI FERREIRA DA FONSECA em 18/06/2025 13:09 Checksum: D0E1E8B5C2E5A314804026D2E912E68727A9BC9CBC04D836BC0AC7C35D9CE5D9

Assinado eletronicamente por **GETULIO ANDRADE LOUREIRO** em **18/06/2025 14:40**Checksum: **2CC458837E026321FF54F279EF53882C23D4765A8CA814B40D5957A280C494CF** 

Assinado eletronicamente por **FABIANO OST** em **18/06/2025 14:59**Checksum: **896C1BC23EA5090AF990AB274B2B9F73D4A8538BCF90CF4354E56D7C404E3487** 

